

2. O infantil e o psiquismo na teoria freudiana

2.1 Da infância ao infantil na psicanálise

Philippe Ariès, em sua pesquisa histórico-iconográfica sobre a transformação dos significados que a criança e a família alcançam com o advento da modernidade, nos revela que o *sentimento de infância*, tal como compreendemos hoje, começa a surgir na transição dos séculos XVII para o XVIII, momento em que a infância passa ser definida como um período de ingenuidade e fragilidade do ser humano, que deve receber todos os incentivos possíveis para sua felicidade. De acordo com o autor, o homem medieval não se detinha diante da imagem da infância, para ele “a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida” (Ariès, 1981, p.52). Diante das representações da criança como pequeno adulto, ou, quando não, passando por uma representação anedótica entre seus companheiros ou familiares, Ariès sugere duas ideias:

[...] primeiro a de que na vida cotidiana as crianças estavam misturadas com os adultos, e toda reunião para o trabalho, o passeio ou o jogo reunia crianças e adultos; segundo, a ideia de que os pintores gostavam especialmente de representar a criança por sua graça ou por seu pitoresco (o gosto do pitoresco anedótico desenvolveu-se nos séculos XV e XVI e coincidiu com o sentimento da infância “engraçadinha”), e se compraziam em sublinhar a presença da criança dentro do grupo ou da multidão. Dessas duas ideias, uma nos parece arcaica: temos hoje, assim como no final do século XIX, uma tendência a separar o mundo das crianças do mundo dos adultos. A outra ideia, ao contrário, anuncia o sentimento moderno de infância. (ARIÈS, 1981, p.55-56).

A partir do século XVII, a infância passa a ocupar um lugar privilegiado no cenário social. Os retratos de família tendem a se organizar em torno da criança, e a iconografia religiosa, associada ao movimento de criação de pequenas escolas e colégios – ou seja, de uma preocupação moral pedagógica – estabelece o princípio de uma infância santa, inocente, que deve ser preservada da “sujeira da vida”,

especialmente aquela relacionada à sexualidade, e fortalecida através do desenvolvimento da razão e do caráter (Ariès, 1981). Para o autor, as noções de inocência e razão, que não se opunham até então, começam a instaurar a contradição que fica estabelecida entre os homens do século XX.

Nosso sentimento contemporâneo da infância caracteriza-se por uma associação da infância ao primitivismo e ao irracionalismo ou pré-logismo. Essa ideia surgiu com Rousseau, mas pertence à história do século XX. Há apenas muito pouco ela passou das teorias dos psicólogos, pedagogos, psiquiatras e psicanalistas para o senso comum (ARIÈS, 1981, p.146).

Desde seu surgimento, a experiência freudiana foi conduzida ao terreno do infantil. Preocupado em identificar a origem e funcionamento dos sintomas neuróticos, Freud foi surpreendido pela recorrência de experiências infantis no discurso de seus pacientes adultos, discurso que quase sempre articulava o encontro traumático com o sexual e passava a revelar que “toda neurose em um adulto é construída sobre uma neurose infantil” (1918[1914], p.106). Assim, o infantil tem seu aparecimento demarcado na teoria psicanalítica a partir de um movimento que desponta do adulto em direção à infância, ou seja, um tempo que, ao retroagir, ultrapassa a ideia de um período cronológico na vida do sujeito para se inscrever em uma temporalidade marcada pelas fantasias, que organizam a realidade psíquica dos mesmos a partir de desejos inconscientes.

Nos primórdios da teoria freudiana, a infância foi concebida como o período em que a ocorrência de experiências marcantes, de caráter traumático, seria determinante no desenvolvimento da neurose nos adultos. Apoiado na teoria da sedução, Freud formula a hipótese de que uma experiência real de sedução sexual na infância, frequentemente de ordem incestuosa, estaria articulada à formação dos sintomas. No entanto, essas lembranças, por seu caráter traumático, se viram impedidas de se associarem às outras ideias e foram dissociadas, juntamente com o afeto, constituindo um corpo estranho no psiquismo. O sintoma histérico seria uma descarga anômala do afeto que ficou estrangulado. Desse modo, caberia à terapêutica, com o uso da hipnose, promover o lembrar das lembranças traumáticas, para que a ideia dissociada pudesse ser religada às outras ideias, e o afeto estrangulado pudesse ser ab-reagido através de descarga afetiva ou associação, o que eliminaria o sintoma. Tal método ficou conhecido como

catártico; no entanto, foi em face de seu fracasso que Freud inaugurou a *psicanálise*.

Reorganizando as noções de realidade e inconsciente, Freud (1897) desiste da hipótese de que a etiologia da histeria estaria relacionada a uma cena real de sedução. O que estava em jogo não era saber se a cena e os acontecimentos narrados eram reais ou ficcionais, mas, sim, tratá-los como a verdade daquele sujeito, verdade sempre construída a partir da realidade psíquica, das fantasias que formulamos no *só depois* da experiência.

Em 1911, no artigo *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*, ao expor algumas observações sobre “as consequências psíquicas da adaptação ao princípio de realidade”, Freud esclarece que nosso aparelho mental apresenta uma forte tendência (princípio econômico) a não renunciar às fontes de prazer de que dispomos. Com a introdução do princípio de realidade, afirma o autor,

uma das espécies de atividade de pensamento foi separada e, liberada do teste de realidade, permaneceu subordinada somente ao princípio de prazer. Esta atividade é o *fantasiar*, que começa já nas brincadeiras infantis, e, posteriormente, conservada como *devaneio*, abandona a dependência de objetos reais (FREUD, 1911, p. 240-241).

Mais adiante, continua,

A característica mais estranha dos processos inconscientes (...), deve-se ao seu inteiro desprezo pelo teste de realidade; eles equiparam a realidade do pensamento com a realidade externa e os desejos com sua realização – com o fato – tal como acontece automaticamente sob o domínio do antigo princípio de prazer. Daí também a dificuldade de distinguir fantasias inconscientes de lembranças que se tornaram inconscientes (FREUD, 1911, p.243).

Superado o erro que dissociava fantasia e lembranças reais, como bem colocado em uma nota de 1924 acrescida ao artigo de 1896 sobre a etiologia da histeria, Freud começa a interessar-se pelas “manifestações espontâneas da sexualidade infantil” (1918[1914], p.106). É nesse encontro com o sexual a partir da fantasia que toda a teoria freudiana passará a se fundar. Textos como *Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos* (1909), *Uma neurose infantil [1918(1914)]*, entre outros,

exemplificam bem as relações entre corpo, linguagem e sexualidade. Segundo Ansermet,

Não se trata mais de atentado sexual, e sim do surgimento da sexualidade na criança, permanecendo as situações traumáticas associadas à ameaça de castração, à angústia de separação, à cena primária ou às metamorfoses do complexo de Édipo (ANSERMET, 2003, p. 130-131).

Esta aproximação entre vida infantil e realidade inconsciente parece ter produzidos consequências variadas no que se refere ao uso da psicanálise com crianças. Como vimos anteriormente, a psicanálise surge num momento em que a criança já ocupa um lugar diferenciado no social e na própria estrutura familiar. Se, anteriormente, ela era vista com indiferença ou até mesmo hostilidade, a partir do discurso pedagógico do final do sec. XVIII ela passa a encarnar o ideal social de um “futuro promissor”, passível de se produzir a partir das normas educacionais. Como veremos no próximo capítulo, a partir do Caso Hans, embora Freud tenha constatado que a criança sofre os efeitos da atividade pulsional e enfrenta, com suas próprias teorias, uma sexualidade que escapa do controle social/educacional, ele não pôde se esquivar totalmente do ideário de sua época, reduzindo a intervenção psicanalítica com crianças a uma “experiência pedagógica” como coloca no texto sobre o caso Hans (1909).

De acordo com Zornig (2008), as oscilações presentes na teoria freudiana sobre a significação da criança dão abertura para se pensar a experiência psicanalítica com crianças como um caminho em direção às “origens” do processo de constituição do psiquismo. Esta leitura acabou orientando algumas correntes da psicanálise que se dedicaram ao trabalho com crianças. No entanto, afirma a autora:

Tais estratégias ditas psicanalíticas reforçam a fantasia de uma progressão linear entre a criança e o adulto, como se mediante a criança real pudéssemos chegar às “origens do funcionamento psíquico” e da constituição do inconsciente, indicando uma grande tentação de confundir a criança com o infantil (ZORNIG, 2008, p. 35).

Interessante é notar que o próprio Freud recusara essa equação. Na conferência XXIII, em que trata da formação do sintoma neurótico, mais especificamente dos sintomas na histeria, o autor se admira com o modo como esses eventos da infância são tidos como elementos essenciais em uma neurose. Realidade ou fantasia, o resultado é o mesmo: certamente participam da

estruturação da neurose. Mas “De onde procede a necessidade dessas fantasias e o material para elas?” (Freud, 1917, p.372). Da própria exigência de satisfação pulsional impossível de obedecer ao princípio de realidade, responde o autor. A fantasia seria, assim, uma espécie de

[...] atividade mental na qual todas aquelas fontes de prazer e aqueles métodos de conseguir prazer, que haviam sido abandonados, têm assegurada sua sobrevivência – uma forma de existência na qual se livram das exigências da realidade e aquilo que chamamos ‘teste de realidade’. Todo desejo tende, dentro de pouco tempo, a afigurar-se em sua própria realização (FREUD, 1917, p. 373-374).

Ao reconhecer o papel da fantasia, Freud remete o sujeito ao que há de originário em sua estruturação psíquica e não mais às origens dessa constituição. O que entra em jogo é o desejo do sujeito, desejo que, liberado na fantasia/devaneio ou disfarçado no sintoma, encontra vias de se realizar. Este circuito, podemos dizer, demarca o próprio caráter infantil do psiquismo humano. Por outro lado, a infância aparece na análise produzida *a posteriori*, reconstruída no discurso do paciente. Se tal configuração parece óbvia quando pensamos no adulto, a justaposição entre a criança e a infância pode nos levar ao equívoco de desconsiderar que o que está em jogo na análise com a criança é o que se construiu simbolicamente até ali sobre aquela criança. Mais adiante veremos, com a teoria lacaniana, que não se trata de localizar um ponto originário, mas sim lançar mão de toda uma rede de significações que antecede a pré-história do sujeito no discurso parental, familiar e da comunidade.

2.2 Angústia, desamparo e excesso pulsional

Subvertendo as ideias, ainda hoje vigentes, de que as crianças são inocentes, distraídas quanto aos temas sexuais e a quaisquer outros relativos ao mundo dos adultos, Freud destaca que a sexualidade se faz presente já nos bebês. Trata-se aqui de uma ampliação do conceito de sexual, que passa a compreender toda uma dinâmica específica de um corpo pulsional marcado por zonas erógenas, não mais reduzido à genitalidade e à reprodução, como na concepção de sexualidade normal dos sexologistas do século XIX.

Em *Os três ensaios sobre a sexualidade*, Freud (1905) abre caminho para se pensar a construção do psiquismo infantil de modo articulado às funções biológicas, já que o corpo do bebê vai sendo sexualizado, animado e acalmado pelos toques e cuidados maternos – e, aqui, podemos acrescentar as palavras desse Outro materno – na medida em que as necessidades fisiológicas vão sendo satisfeitas. O que se verifica nesse arranjo é que a possibilidade de construção psíquica depende tanto do organismo biológico em suas potencialidades quanto do campo de significações que circunscreve a relação do bebê com o outro.

É no contato com o outro – que traz além de satisfação física um a-mais constituído por gestos, palavras e olhares – que o organismo vai sendo aos poucos simbolizado. Cada parte do corpo vai recebendo inscrições psíquicas, como se a mãe fosse “escrevendo” no corpo do bebê ao cuidar dele, permitindo construir o que depois será sua “imagem corporal”. Nesta “escritura”, as marcas do desejo materno erogenizam o corpinho do bebê, instaurando o que Freud denominou de “pulsões parciais: pontos do corpo que se destacam e passam a ter um registro psíquico, a partir da significação colocada pelo Outro. (BERNARDINO, 2006, p.33)

Para a psicanálise, o que amarra o psíquico ao somático, o que lhe dá suporte é a pulsão, aqui teoricamente distinta da concepção de instinto animal. A pulsão seria isso mesmo que marca o funcionamento do humano, algo que está situado para além da satisfação de uma necessidade, como, por exemplo, se observa no bebê que continua o movimento de sugar mesmo quando encontra devidamente satisfeita sua necessidade de nutrição, demarcando esse além que continua na satisfação pulsional.

Segundo Freud (1905, p.159): “por ‘pulsão’ podemos entender, a princípio, apenas o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente (...) devendo apenas ser considerada como uma medida de exigência de trabalho feita à vida anímica”. Em 1915, no artigo metapsicológico *A pulsão e suas vicissitudes*, o autor destaca ainda quatro elementos característicos da pulsão: ela se definiria por uma *força (Drang)* constante cuja *fonte* de estimulação provém do próprio organismo. Sua *finalidade* é sempre a satisfação, e esta é alcançada por meio do *objeto* em relação a qual ou através da qual a pulsão é capaz de atingir sua finalidade. Estas definições nos sugerem que a atividade pulsional é o impulsionador da construção da subjetividade, ou seja, é ela que exige trabalho psíquico no sentido da busca pela satisfação ou, mesmo, da busca por evitar a experiência de desprazer.

Sabemos que um bebê não pode suprir suas próprias necessidades, não possui recurso para fazer isso sozinho. Sua condição de desamparo, de insuficiência, inclusive no campo do desenvolvimento biológico, coloca-o em extrema dependência dos cuidados do outro para conseguir sobreviver. Desse modo, a necessária circunstância de ser cuidado e manipulado pela mãe propicia o que Freud chamará de experiências de satisfação, a partir das quais o desejo se constitui no psiquismo infantil, que visa à identidade de percepção.

[...] o acúmulo de excitação (acarretado de diversas maneiras de que não precisamos ocupar-nos) é vivido como desprazer, e coloca o aparelho em ação com vistas a repetir a vivência de satisfação, que envolveu um decréscimo da excitação e foi sentida como prazer. A esse tipo de corrente no interior do aparelho, partindo do desprazer e apontando para o prazer, demos o nome de “desejo”; afirmamos que só o desejo é capaz de pôr o aparelho em movimento e que o curso da excitação dentro dele é automaticamente regulado pelas sensações de prazer e desprazer. O primeiro desejar parece ter consistido num investimento alucinatório da lembrança da satisfação. (FREUD, 1900, p.624)

A novidade que Freud nos apresenta está no fato de que uma criança torna-se alguém, ou seja, se humaniza, porque foi investida de desejo e, por isso, passa a desejar. E o seu desejo, por ser a tentativa de revivência da satisfação primeira, tem sua condição possível na relação com o outro, esse outro que pode, por exemplo, tentar acalmá-lo de sua angústia segurando-o no colo, dirigindo-lhe palavras de consolo, no sentido de buscar significar o que nesse momento não tem

representação correspondente para o bebê, e cujas palavras começam a estruturar a experiência subjetiva da criança.

Não se trata, inicialmente, de solicitar o adulto como um objeto sexual, mas face ao sofrimento, buscar os cuidados que ele pode oferecer. O amor do adulto é o que protege a criança da inundação por estímulos internos e externos, e a falta deste amor levará ao desamparo (RUDGE, 2003, p.112).

Esta seria a razão de existir um aparelho psíquico: trabalhar para que o mínimo de excitação seja mantido, já que o aumento desta seria experimentado como desprazeroso, desorganizador para o organismo. A essa tendência do psiquismo, Freud nomeou de *Princípio de Prazer* que consistiria em através do trabalho psíquico encontrar meios de *sujeitar*¹ as excitações e exigências pulsionais, no sentido da satisfação. Posteriormente, há uma articulação do princípio do prazer com o princípio da realidade, tendo em vista a relação do organismo com o mundo externo – e neste ponto é interessante demarcar que, embora um recém-nascido se apresente de modo expressivamente biológico, tendo suas atividades praticamente limitadas ao sono e nutrição, de alguma forma, ele foi antecipado e marcado simbolicamente no discurso de seus pais e familiares – ou seja, à medida que suas necessidades só podem ser satisfeitas em acordo com outras exigências do mundo externo, o princípio do prazer relaciona-se com o *princípio de realidade*, que impõe um certo adiamento da satisfação em virtude das condições restritivas do mundo externo. Esse processo sutil parece ficar claro quando pensamos, por exemplo, o esforço feito pelo bebê que precisa “aprender” a esperar até que sua mãe possa lhe dar de mamar, ou até que a mesma possa interpretar a razão de seu desconforto e assim lhe satisfazer.

Por outro lado, a pulsão que visa à identidade de percepção alucinatoriamente no processo primário também não é satisfatória, porque a presença do adulto é que resolve o desconforto. É nesta passagem, continua Freud (1920), que ocorre a transformação da energia livremente móvel, característica do *processo primário*, em energia ligada, ou seja, é a partir da significação proporcionada pelas experiências com o outro, que o *processo secundário*, ligado

¹ Este termo utilizado por Freud (1920) parece ter sido o ponto de apoio para a construção lacaniana da teoria do sujeito do inconsciente. “(...) a ideia de uma sujeição radical: a compulsão à repetição torna sensível esse lugar de sujeito como efeito dos significantes, pois diante dessa *Zwang* que o obriga a repetir, o indivíduo reencontra sua impotência, seu domínio vacilante” (KAUFMANN, 1996, p.448).

às representações, será capaz de inibir e regular a confusão pulsional do processo primário.

Podemos dizer que a energia que permanece impossibilitada de descarga e, ao mesmo tempo, abastece e mantém o funcionamento do aparelho psíquico, produz a *compulsão à repetição*, movimento próprio da pulsão, numa tentativa fracassada de um retorno à primeira experiência de satisfação. Como vimos, a linguagem tem uma função fundamental na regulação dos destinos pulsionais. No entanto, sabemos que as palavras, o campo simbólico, não dão conta de representar *a coisa* em absoluto. Sempre haverá algo desse núcleo *Ics.* incapaz de alcançar representação. Aqui, temos notícia de que, a esse algo inarticulável na representação, Freud (1920) relaciona o conceito de pulsão de morte, e demonstra que a repetição é nada mais que uma tentativa do inconsciente de insistir em um modo de se fazer representar, insistência do sujeito em reencontrar o objeto que o causou, *das Ding, a Coisa*. (FREUD, 1950[1895]).

Lacan, em sua crítica aos pós-freudianos, diz que não se trata “do objeto considerado na teoria moderna como o objeto plenamente satisfatório, o objeto típico (...) o objeto que funda o homem numa realidade adequada, na realidade que prova a maturidade – o famoso objeto genital”, mas de um objeto que se instala como perdido e, por assim dizer, lança o sujeito no esforço da busca por reencontrá-lo. Neste sentido, “o sujeito está sempre fadado nas suas exigências primordiais a um retorno, que é, por isso mesmo, um retorno impossível”. (LACAN, 1956-57, p.13-14).

A pulsão é, então, estritamente repetição, movimento que inaugura a exigência de trabalho psíquico no sentido da modificação da situação de angústia original disparada pela experiência de desamparo. É a partir da segunda tópica que, em *Inibição, sintoma e angústia*, Freud (1926) toma a angústia não só como sinal de perigo sentido pelo eu – perigo aqui associado à iminência do recalcado – mas também como uma reação automática frente à experiência do desamparo, a angústia passando a funcionar como fator motivador do processo de recalçamento.

Partindo das experiências da criança, o autor destaca que a angústia “contra a qual [a criança] deseja ser protegida é a de não satisfação, de uma *crescente tensão devida à necessidade*, contra a qual ela é inerme” (FREUD, 1926, p.136). Ela sinaliza o "perigo" para o qual o bebê humano se preparou através da experiência do desamparo biológico, assim, a situação de desamparo

mental é um símile do desamparo biológico experimentado por ele. A partir do protótipo da angústia de nascimento, as experiências de angústia e desamparo vão se organizando. Até a primeira infância o perigo pode ser o da perda do objeto, em função de estreita dependência do bebê em relação ao outro; em seguida esse perigo toma a forma de angústia de castração e medo do supereu. Porém, nos diz o autor, “todas essas situações de perigo e determinantes de angústia podem resistir lado a lado e fazer com que o eu a elas reaja com angústia num período ulterior ao apropriado; ou, além disso, várias delas podem entrar em ação ao mesmo tempo” (FREUD, 1926, p.140).

Como podemos perceber, a obra freudiana está repleta de ideias sobre a infância e o infantil. Embora não tenha se dedicado às investigações clínicas com crianças, Freud chegou a publicar um caso clínico de uma criança que, diferente dos seus demais casos publicados, não teve o tratamento conduzido por ele, mas sim pelo pai da criança. Vejamos então o caso do pequeno Hans.